

# O QUE PODE A ÉTICA NA POLÍTICA?<sup>1</sup>

**Maria Cecília M. de CARVALHO**

Instituto de Filosofia - Puccamp/CNPq

## RESUMO

O presente texto acentua a importância da ética como inspiradora da ação política. Expressa a convicção da autora de que a ética pode nos ensinar a enxergar melhor a distância entre o que é e o que deve ser. Apontando as insuficiências existentes, a ética pode não apenas sugerir ações individuais mas ainda tecer políticas destinadas à construção de um mundo menos injusto e mais solidário.

## ABSTRACT

This paper stresses the importance of ethics as inspiring political action. It puts forward the belief that ethics can teach us to see the distance between what it is and what ought to be. By pointing it out ethics can suggest individual actions and policies aimed at building a less unfair and more solidary world.

*Transformar na fantasia é o primeiro passo para transformar na realidade, é provar que recriar o Brasil é preciso e possível.<sup>1</sup>*

- 
- (1) Comunicação apresentada na Mesa-Redonda "O que pode a ética na política?" realizada no âmbito do 1º Simpósio Internacional de Ética e Política no Centro-Oeste, que teve lugar em Goiânia, Universidade Federal de Goiás, no período de 22 a 26 de abril de 1996.
  - (2) Souza, Herbert de. "O poder transformador da cultura". In **Folha de São Paulo**, 20 de setembro de 1993. Republicado em Souza, Herbert e Rodrigues, Carla. **Ética e cidadania**. São Paulo, Editora Moderna, 1995, p. 16.

Nenhuma política é eticamente neutra. A opção política que fizermos estará sempre impregnada de valores de ordem ética. Não importam quais os fins que julgamos devam ser perseguidos pela ação dos agentes políticos, nem quais as prioridades estabelecidas pelos que detêm o poder de governar: a política é indissociável da esfera da moral. Nenhuma ação política resiste a um comprometimento com valores éticos como se fosse impermeável a eles e indevassável a uma avaliação moral. Ética e política, longe de constituírem compartimentos que mutuamente se excluem, formam um todo que dificilmente podemos separar em partes. Se a política é concebida como a parcela da ação humana que visa o gerenciamento de recursos com vistas à promoção do bem-estar humano, à realização da justiça social e à defesa dos direitos dos cidadãos, então ela não é sequer pensável como dissociável da ética. E, sendo esta uma reflexão sobre o agir humano, orientada por valores tais como justiça, respeito aos direitos fundamentais da pessoa, respeito à natureza, respeito às gerações futuras, então a ação que promana de um caráter ético ou que é praticada de acordo com os imperativos éticos não têm como deixar de ter impacto sobre a vida política. Parece claro que, no plano conceitual, ética e política são indissociáveis. Disso dão testemunho grandes expoentes do pensamento filosófico de ontem e de hoje, como Aristóteles, Agostinho, Rousseau, Hegel, Stuart Mill, Rawls, Habermas e tantos outros. Cabe-nos perguntar, contudo, qual o lugar da ética na política, que papel cabe à reflexão moral e como esta pode ser relevante para a política. Penso que a Ética cumpre papel insubstituível na política. Ela é, por um lado, a matriz das idéias políticas, o nascedouro e o esteio de todo ideário político. Sem a reflexão ética a política ficaria destituída de um norte, desprovida de um objetivo, quando não esvaziada de sua própria razão de ser. A missão da ética é portanto fundamental para conferir sentido à política e torná-la mais humana. Os valores éticos se revelam indispensáveis se quisermos construir propostas políticas que estejam à altura do ser humano. Além de inspiradora de programas políticos, a ética atua como instância aferidora e legitimadora de propostas e de ações políticas.

Opera como uma lente de aumento fazendo-nos enxergar a distância entre o que é o que deve ser. Aguça nossa sensibilidade para denunciar o que aí está e inventar propostas visando a um mundo melhor, mais digno de seres humanos, mais justo e solidário. Mas será a ética eficaz? O que se pode dela esperar em um mundo que parece tão resistente aos valores éticos, tão surdo no que tange aos clamores da igualdade, da justiça, do respeito, da solidariedade? Como dar realidade a tais valores e conferir dignidade à política?

Quando nos perguntamos se a ética pode contribuir para a política a resposta parece não poder ser outra: a Ética não só pode como deve dar sua contribuição à política, mostrando-lhe o caminho, apontando-lhe os desvios, conferindo-lhe sentido e nobreza. Todavia, a pergunta feita pelos organizadores deste simpósio a esta mesa: "o que pode a ética na política atual" parece ser inspirada por uma desconfiança. Tal desconfiança que, a meu juízo, tende a se instalar em nossas mentes, não é, todavia, desprovida de motivos. Constantemente os meios de comunicação nos falam de mais um escândalo protagonizado por políticos e seus cúmplices. Corrupção, fraudes e outros comportamentos atentatórios à ética tornaram-se banais na cena política; de tão corriqueiros já não nos espantam mais. Por outro lado, não é apenas o comportamento individual de muitos dos representantes do povo que agride nossa sensibilidade moral. Existe ainda uma espécie de imoralidade sistêmica: a desigualdade social reinante no Brasil, caracterizada por uma distribuição de renda das mais injustas de que se tem notícia, avilta o ser humano à condição de excluído. De um lado, o país é a décima economia industrial do mundo; paradoxalmente, porém, ostenta a segunda pior distribuição de renda do planeta. Contudo, nem é preciso recorrer a estatísticas. Quando a miséria é explícita, ela fala mais alto que qualquer estatística. Com uma distribuição de renda que exclui tantos daquele patamar mínimo de bem-estar a cidadania parece ser um ideal inalcançável, quando não um sonho.

Também no que concerne ao respeito aos direitos humanos, nosso país ainda tem um longo caminho a percorrer. Se o

retorno do país à democracia trouxe-nos, é verdade, algum alento, com a Constituição de 1988 dando a mais ampla garantia aos direitos fundamentais dos cidadãos, ainda há um longo percurso a ser feito até a conquista da cidadania plena. A propósito, gostaria de recomendar a leitura do excelente livro *A democracia em pedaços. Direitos Humanos no Brasil*, de autoria do jornalista Gilberto Dimenstein, prefaciado por Paulo Sérgio Pinheiro e publicado pela Editora Companhia das Letras. Trata-se de uma obra de jornalismo sério, investigativo e rigoroso, que põe a descoberto as feridas ainda não cicatrizadas de nossa frágil democracia: em que pesem os avanços políticos consignados na Constituição, no país ainda impera a barbárie. Se os direitos fundamentais encontram respaldo na Carta Magna de 1988, ainda prevalece - como diz Paulo Sérgio Pinheiro - "uma violência sistêmica em que o arbítrio das instituições de Estado se combina com altos índices de criminalidade violenta, crime organizado, grande intensidade de violência física nos conflitos entre os cidadãos e impunidade generalizada" (pág. 7). É verdade que, hoje em dia, o Estado não é mais o autor direto de atos de violência - como o foi no período da ditadura - e que a oposição ao governo não é mais perseguida. Contudo, subsistem grandes abusos praticados por agentes de governo. A arbitrariedade e a violência continuam sendo desferidas contra os pobres, os não-brancos, os meninos de rua, os moradores das favelas, das periferias, contra os sem-teto, os sem-terra, etc. Há um grande contingente da população que é simplesmente excluída do escopo das garantias constitucionais, espelida da esfera da cidadania. Ora, um Estado que se quer ético, não se pode furtar à responsabilidade que consiste em não se omitir diante de tão graves violações de direitos humanos. Um Estado que se quer ético não pode deixar que tantos crimes permaneçam impunes. Os governos democráticos que se instalaram após 1985 têm-se revelado incompetentes para debelar a violência, tornando-se até complacentes com ela. Todos sabemos que a tortura infligida por agentes do Estado a suspeitos e criminosos é prática rotineira nos distritos policiais. Prisioneiros e internos em instituições são frequentemente

submetidos a vários tipos de maus tratos. Trata-se de insuportáveis violações e de intolerável desrespeito à pessoa humana fomentados pela impunidade, pela ineficiência e omissão da sociedade e do governo. Esse fracasso governamental em fazer valer a lei redundou num enfraquecimento da vigência dos direitos humanos e na fragilização da cidadania e da democracia em nosso país. No Brasil somos espectadores de um enorme descompasso entre as conquistas políticas em direção à democracia e as recorrentes violações dos direitos humanos de largo contingente da população.

Todavia, não é só no Brasil que os valores éticos parecem se refletir tão pouco na sociedade e na vida pública em geral. Também na Europa, a escassez de ética é tangível: guerras locais dilaceraram países enquanto a intolerância, a discriminação e o preconceito prosperam com todo o vigor. Violência e preconceito parecem ser democráticos: não escolhem lugar. Basta abriremos os jornais e logo nos deparamos com casos de rejeição e agressividade contra judeus, árabes, imigrantes, negros, mendigos, índios, mulheres, homossexuais, soropositivos. Por isso, a indagação soa como cética: o que pode a ética na política atual - se é que pode alguma coisa? Parece que o desejo de que os valores genuinamente éticos - ou seja, aqueles valores que podem ser aceitos por todos os concernidos - passem a fermentar a política se assemelha a um sonho, a uma utopia, quando não a uma causa perdida. Os tempos parecem pobres em valores autenticamente éticos. Interesses eleitoreiros prevalecem sobre os interesses do país, a avidez do lucro desmedido, o desejo de manutenção de privilégios, a sucessão de fraudes, parecem se sobrepor aos valores, que gostaríamos estivessem mais presentes na vida pública. A ética parece perder a batalha, quando confrontada com interesses mesquinhos de pessoas que deveriam dar exemplo de caráter e honradez; os valores éticos parecem asfixiados pela insensibilidade e insolidariedade de muitos que se omitem e pouco ou nada fazem para atenuar a miséria e pelo cinismo daqueles que se locupletam às custas da miséria alheia, dilapidando recursos públicos destinados à saúde, à educação, ao

saneamento básico, à habitação para os menos favorecidos. E isso para não falar de políticas mal-concebidas, perversas, que geram grande número de excluídos, que desrespeitam os direitos morais de ampla gama de desassistidos, que aviltam a pessoa humana e ameaçam tornar o avanço democrático deste país uma simples quimera.

Creio entretanto que, no que tange ao Brasil, não precisamos ser apocalípticos: existem indícios que nos permitem apostar em um futuro menos sombrio para nosso país. Não faz muito tempo a população mostrou que é capaz de se indignar com os descaminhos da política, de recusar a cumplicidade com os desmandos que permeavam a vida pública e denegriam vários de nossos representantes. A sociedade clamou por ética e decência na política e seu brado foi ouvido; em decorrência disso pudemos presenciar a deposição de um presidente eleito e a instalação da CPI do Orçamento. Tais fatos fortalecem nossa esperança de que os valores éticos têm alguma chance de se converter em realidade, na proporção da capacidade que os governados têm de se indignar contra a corrupção e os desvios da política e de se manter vigilantes e mobilizados. A resignação e a inércia da população, ao contrário, acabarão por permitir que prospere a falta de ética na política. Por outro lado, a capacidade que uma pessoa tem de se indignar contra a iniquidade imperante na vida pública depende de seu grau de informação e de educação. Se uma sociedade quer ser ética, precisa investir no ser humano, precisa investir seriamente na educação da população. Educar não é simplesmente transmitir um estoque amplo de informações, mas é sobretudo plasmar o caráter do educando com vistas à construção de uma sociedade mais humana. Educar é formar pessoas sensíveis às carências do presente e comprometidas com o desafio moral de mudar as estruturas sociais. Educar é formar cidadãos que, forjados nos valores éticos, assumam o compromisso de cooperar para um mundo mais justo e solidário. Apostar no potencial de uma educação transformadora, inspirada por valores éticos, é acreditar no potencial da ética para mudar a política; é

acreditar que as pessoas são portadoras de direitos morais básicos, geradores de deveres. Estes não são da competência exclusiva do Estado, mas de cada cidadão. Todos devem manter-se mobilizados e vigilantes. A descrença com respeito ao potencial da Ética para transformar a política tem muito a ver com o imobilismo decorrente da tese, segundo a qual a culpa pelas mazelas sociais cabe totalmente ao Estado, ou às estruturas anônimas, sendo inoperante o empenho individual para saná-las. É claro que o Brasil requer transformações estruturais profundas que promovam uma distribuição de renda mais justa, que gerem empregos e propiciem melhor qualidade de vida. Um sistema que atira pessoas na indigência e gera uma minoria de bem-aventurados afronta o mais elementar senso de justiça. É claro que as transformações sociais não resultam do empenho solitário de alguns poucos indivíduos ou de um só governo. Resulta do esforço conjunto e continuado de todos - governantes e governados - que compartilham objetivos e valores éticos comuns. Se não há ética sem democracia, não há democracia sem participação. Para construirmos o país que queremos necessitamos da participação de todos. Não podemos esquecer que a sociedade somos todos e de todos é a responsabilidade de transformá-la. Como escreveu sabiamente Victoria Camps em seu belo livro *Los valores de la educación*:

“Não há culpas ou responsabilidades apenas institucionais ou apenas individuais (...). Não apenas somos responsáveis por aqueles atos que se nos podem imputar de forma exclusiva, porque são privados, mas por problemas e conflitos coletivos, que reclamam uma solução igualmente coletiva. Há que se repetir: todos somos, de alguma maneira, responsáveis pelos males da sociedade. Não apenas o Estado, o governo, ou as anônimas estruturas sociais”.<sup>2</sup>

Portanto, não podemos nos eximir de intervir diretamente exigindo decência na política e soluções justas para os graves problemas sociais. Fazendo denúncias, lutando por mais ética nas relações de convivência, os movimentos de direitos humanos têm dado uma contribuição decisiva, mostrando quão urgente é a

implementação de valores éticos no cotidiano da democracia brasileira. Embora indispensáveis, as ONGs não substituem a atuação de toda a sociedade civil que não pode ficar apática e imersa na inação. Temos que ajudar os desvalidos e assumir a responsabilidade solidária de contribuir para diminuir a miséria que condena à morte parcela considerável da população. Não existe solução mágica para os ingentes problemas que afligem nossa sociedade. Mas não podemos nos deixar possuir pelo pessimismo imobilista. A implantação da democracia e da cidadania não é o efeito instantâneo de nossa vontade nem algo que possa simplesmente ser decretada por leis. Ela é uma conquista às vezes árdua, uma construção que exige a cooperação de todos: governo e sociedade civil. A solução para os problemas de distribuição provirá de reformas sociais profundas, mas estas terão que resultar de imperativos éticos de justiça e de respeito pela pessoa humana. Por certo muitos dos que aqui me ouvem estarão me acusando de acalentar um ingênuo otimismo: não quero negar que muitas vezes os resultados de nossos esforços escapam, infelizmente, ao nosso controle. Se não conseguirmos todo o êxito de que necessitamos, penso que vale o esforço para, ao menos, atenuar o sofrimento alheio, e isso passa, sem dúvida, por uma reflexão ética. Se não temos total domínio sobre o resultado de nossos esforços, ainda assim, é válido não negligenciarmos o cumprimento de nosso dever; na pior das hipóteses, por mais modestos que sejam os resultados, é nosso o consolo de termos agido como deveríamos.

## BIBLIOGRAFIA

- CAMPS, Victoria. *Los valores de la educación*. Madrid, Anaya, 1994
- DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços. Direitos Humanos no Brasil*. Introdução de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SOUZA, Herbert e RODRIGUES, Carla. *Ética e Cidadania*. São Paulo, Editora Moderna, 1995